

Intelectuais e cibercultura: além de apocalípticos e integrados

Maria Alzira Brum Lemos, doutora em Comunicação e Semiótica, pesquisadora e jornalista.
alzira_brum@uol.com.br

João Baptista Winck, doutor em Comunicação e Semiótica, mestre em Educação e pesquisador na área de mídias audiovisuais.
winck@uol.com.br

Hernani Dimantas, pesquisador participante da cibercultura e criador do projeto.
www.marketinghacker.com.br
hernani@marketinghacker.com.br

Nossos(as) leitores(as) não serão, em sua maioria, do tempo em que se discutia exaustivamente, à luz dos escritos de Antonio Gramsci e, posteriormente, das contribuições dos(as) intelectuais que participaram dos movimentos sociais e estudantis na década de 60, “o papel do intelectual na sociedade”. O tema é espinhoso e não fugiremos a analisá-lo mais detalhada e profundamente em outro momento. Assumindo o risco da superficialidade e da generalidade, vamos refletir aqui sobre alguns dos problemas – e, sobretudo, contradições – que permeiam, no contemporâneo, as relações entre os(as) intelectuais e a cibercultura.

Muito já foi dito sobre as mudanças que os meios digitais de comunicação e informação têm provocado na produção e na circulação de mercadorias, idéias e conhecimento. Tampouco é novidade que tais mudanças implicaram o surgimento de um novo padrão comunicativo e de produção – ou uma nova cultura, com abrangência mundial: a cibercultura. Mas ainda há muito a ser discutido sobre esses temas, que envolvem fenômenos recentes, sobretudo no que diz respeito à relação da cibercultura com as culturas tradicionais e com as culturas do mercado, de massa e das instituições – Estado nacional, democracia, burocracia, universidades etc. –, das quais dependem, em boa parte, as políticas de gestão e organização das sociedades.

A Internet, ao possibilitar o acesso à troca e à divulgação de idéias, permitiu e/ou facilitou, mais que a expressão, a organização de diversos setores em torno de interesses, reivindicações e ações políticas. Entre muitos exemplos, podemos citar o caso das manifestações contra a guerra no Iraque, divulgadas e motivadas por grupos e pessoas por meio da Internet. Diferentemente do que ocorreu em episódios similares – por exemplo, nos eventos de 1968 –, a direção do movimento não está centralizada em partidos, sindicatos e organizações tradicionais. Grupos de cidadãos (as) se organizam livremente, ganham adeptos(as) e difundem mensagens pela Rede. Esse dado é importantíssimo. Pela primeira vez na história, ocorre um processo de gestão descentralizada de um movimento político de caráter mundial.

A Internet mudou, também, os modos de produção e gestão política do conhecimento, descentralizando esses processos. Graças a ela, já não dependemos apenas da boa

vontade do mercado, da burocracia, dos grandes meios de comunicação de massa, da indústria editorial, do *marketing*, das "modas" impostas pelos supostos "centros" de produção acadêmica – Europa e EUA – e dos grupos de poder intelectual para produzir e divulgar idéias, nem, mais do que isso, discuti-las e reelaborá-las com um grande número de pessoas em todo o mundo. Essa mudança tem conseqüências não apenas nos modos como se realiza o trabalho intelectual, como também no lugar ocupado pelos(as) intelectuais na sociedade.

As pessoas chamadas de intelectuais – e aqui o termo abrange todos(as) que se dedicam à pesquisa nas áreas de humanidades, à crítica e ao trabalho intelectual, sobretudo nas universidades e/ou centros de pesquisa, com participação no mercado de comunicação e cultura – incluem-se entre as parcelas privilegiadas de cidadãos(as) que têm acesso à Internet não apenas como instrumento de trabalho, mas também como meio de comunicação e interação. Apesar disso, persiste ainda um imenso abismo entre eles(as) e a cibercultura como um ambiente no qual as pessoas produzem, circulam, conversam e vivem. O abismo é maior se pensarmos na distância entre os(as) intelectuais e os setores que controlam a tecnologia e as redes físicas – grandes corporações capitalistas – ou que detêm os conhecimentos das técnicas e tecnologias, ou seja, pesquisadores (as) e profissionais cujos conhecimentos, em geral, não abrangem as humanidades.

Se é fato que uma saudável conversação se estabelece na Internet entre blogueiros (as), gente que lida com a tecnologia, webjornalistas etc., gerando conhecimento multidisciplinar e colaborativo¹ e configurando grupos de intervenção política, também é fato que os(as) intelectuais, em geral, não participam, ou participam pouco, dessa conversação. Sua produção se concentra em outras instituições, que remontam às origens da Modernidade e cujas relações com a cibercultura – quando existem – não são exatamente interativas e/ou colaborativas. Entre os principais motivos do distanciamento estão a diferença entre os modos de produção e circulação de conhecimento das instituições tradicionais e os da Internet.

A origem dessa separação entre os modos de fazer das instituições científicas e acadêmicas e a cultura da arte, das ruas, do povo remonta aos séculos XVI–XVII, que marcam o nascimento da Modernidade, espaço-tempo definido pelo modo científico de pensamento e conhecimento e pela expansão dos meios de translação e comunicação. A Modernidade gerou duas tradições intelectuais opostas, em princípio, no que diz respeito ao conhecimento das sociedades e das culturas.

A primeira é a perspectiva filosófica e científica entendida como verdadeira e universal, que vê nas sociedades e nas culturas "objetos" de estudos. A aliança entre o saber e o poder consolidou um modelo em que o(a) intelectual aparece como porta-voz de uma "verdade" inquestionável e universalmente válida e que colocou a Europa no "centro" do mundo. A expansão da Modernidade não se deu apenas pela dominação econômica, militar e política das demais formas de pensamento e produção. Consolidou-se também graças a uma dominação cultural, que se deu, sobretudo, por meio das instituições científicas, culturais e educacionais. A ciência e a cultura européias difundiram-se como signos de uma cultura supostamente mais elevada, superior e verdadeira, abarcando as demais e constituindo-se como padrão comunicativo.

A segunda é a tradição intelectual que correu por muito tempo fora dos parâmetros da ciência. Tratar-se-ia, antes, de um padrão “literário” ou “artístico” de aproximação às realidades humanas. Shakespeare, o Lazarillo, o barroco, os autores latino-americanos – para ficar no âmbito Europa-América, rota de origem da Modernidade – conformam um padrão de intelectual-narrador imerso na cultura e em suas contradições.

Por muito tempo, essas duas tradições andaram separadas. Essa separação só foi quebrada, pioneiramente por autores como os brasileiros Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, que trazem para o campo das humanidades as formas de conhecer e descrever da ficção. Suas obras, de alguma forma, refletem um modelo de intelectual marcado pela contradição, pela narração poética e pela imersão apaixonada nas culturas e nos fenômenos que analisam. Mais recentemente, vários(as) pensadores(as) têm adotado perspectivas semelhantes na crítica aos princípios das ciências humanas formulados na segunda metade do século XIX.

Os princípios das ciências humanas foram baseados num enfoque ao mesmo tempo progressista, moralista, normativo e elitista. Disciplinas como psicologia, antropologia e sociologia teriam, entre suas atribuições, o olhar científico e crítico sobre a mente, as culturas e as sociedades para elaboração de políticas institucionais que, em tese, permitiriam o progresso daquelas. O caráter “científico” – e supostamente universal – desses saberes coloca os(as) que os detêm na situação de elite. Comprometido(a) com idéias “progressistas” alicerçadas no saber “universal e superior” da cultura e da ciência européias, o(a) intelectual se constitui, assim, como “vanguarda” da sociedade.

Esse enfoque, gerado no interior das teorias positivistas, não foi estranho aos grupos marxistas. Socialistas, como o escritor H. G. Wells, o adotaram. Tampouco foi exclusividade dos(as) intelectuais europeus (européias). Nossos nacionalistas republicanos, com o aval dos intelectuais pioneiros das ciências humanas no Brasil, não apenas o adotaram, como também o utilizaram para justificar políticas repressivas. O caso célebre da Guerra dos Canudos, narrado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*, é um dos muitos exemplos.² As culturas exteriores ao contexto europeu moderno e os saberes não-institucionais foram considerados inferiores, “não-rationais”: no máximo, objetos de estudo. Por isso, tal enfoque é, também e sobretudo, elitista.

Ao longo do século XX, a reformulação dos princípios das ciências da natureza e da vida – por exemplo, e notadamente, a partir da teoria da mecânica quântica, que insere a contingência como dado de “realidade” nos processos físicos, e das descobertas nos campos da biologia e da evolução, que consideram a informação como elemento fundamental da vida na Terra –, a expansão dos meios de comunicação de massa, a proliferação das forças destrutivas, a crítica aos princípios das ciências humanas, entre outros fenômenos e eventos, contribuíram para uma rediscussão ampla sobre os paradigmas da ciência e da cultura européias.

Não vamos abordar aqui, obviamente, o conjunto desses fenômenos, eventos e teorias. Vamos nos deter nas relações entre os(as) intelectuais e os meios de comunicação de massa, as quais, imaginamos, devem ser um ponto fundamental para entender a posição dos(as) intelectuais com relação à cibercultura.

O enfoque das ciências humanas – embutindo um pensamento eurocêntrico, moralista e normativo junto com o compromisso com um projeto progressista –, apesar de criticado, vai permanecer vigente na relação entre os(as) intelectuais e o fenômeno dos meios de comunicação de massa ao longo do século XX, mesmo dentro do campo próprio de saberes, teorias e disciplinas da comunicação. Para ficarmos em dois, e significativos, exemplos dos princípios desses saberes e disciplinas, citemos a Mass Communication Research e a Teoria da Indústria Cultural, que ainda ecoam fortemente na formação, na pesquisa e nas atividades dos(as) comunicadores(as) sociais, bem como nas análises teóricas sobre os meios e os processos de comunicação.

Herdeira direta das teorias psicológicas em voga no início do século XX – psicologia das massas, behaviorismo e as teorias de Pavlov sobre reflexo condicionado – e da estreita associação entre ciência, moral e a política que lhes servia de base, a Mass Communication Research buscou entender, durante a década de 30 nos EUA, os mecanismos de convencimento das massas por meio da propaganda, das pesquisas de opinião e dos métodos de persuasão. O objetivo era político, e as técnicas pesquisadas de formação de opinião pública foram amplamente utilizadas, por exemplo, pelos governos dos EUA. Essa linha de estudos também serve diretamente à elaboração de ferramentas “eficientes” para a publicidade. Os meios de comunicação de massa, de fato, devem muito aos conceitos elaborados no âmbito dessa teoria: por exemplo, a idéia de “massa” enquanto uma multidão moldável pelas mensagens e pela propaganda. Essa abordagem foi utilizada pelo nazismo – com o rádio e o cinema sendo adotados como instrumentos de propaganda política – e pela publicidade. Ainda hoje – e a propaganda política é um exemplo, infelizmente –, essa perspectiva segue vigente.

A segunda teoria à qual nos referimos remete ao termo cunhado por Adorno e Horkheimer na década de 40: indústria cultural. Trata-se da análise, pelo viés marxista, da produção industrial dos bens culturais como movimento global de produção da cultura como mercadoria. Essa situação não é considerada resultado da evolução da tecnologia enquanto tal, mas de sua função na sociedade atual. “Em nossos dias, a racionalidade técnica é a racionalidade da dominação propriamente dita. O terreno em que a técnica adquire seu poder sobre a sociedade é o terreno dos que a dominam economicamente.”³

Antes de comentar o peso e as conseqüências dessas teorias, sobretudo da segunda, entre os(as) intelectuais contemporâneos(as), vamos abrir um parêntese. A linha inaugurada por Adorno e Horkheimer – Escola de Frankfurt – motivou importantes contribuições, entre as quais cabe citar a de Walter Benjamin, por sua originalidade e diferença com relação às idéias de Adorno e Horkheimer. Benjamin, muito mais próximo de um modo híbrido de conhecimento e explicação da realidade, avançou no sentido de considerar obsoleto o conceito de obra de arte “única” ou “aurática”, ao definir o cinema como uma arte cuja única razão de ser é a reprodução técnica.

Fechemos parêntese e voltemos ao tema que motiva essa reflexão. O conceito de indústria cultural dá conta de explicar aspectos importantes da relação entre arte e cultura, economia e cultura, mas não apenas é insuficiente para explicar as conseqüências da expansão dos meios de comunicação de massa como adota um conceito segundo o qual arte e cultura “elevadas” seriam a arte e a cultura européias. Ao opor o que seria arte e cultura “verdadeiras” aquilo que é veiculado pela mídia, os(as) teóricos (as) da indústria cultural acabam por adotar uma posição eurocêntrica e um conceito de arte e cultura, no mínimo, limitado.⁴

Um dos motivos pelos quais o conceito de indústria cultural é insuficiente para explicar as complexidades envolvidas nas relações entre cultura e comunicação no último século é que, para além da noção restrita de que a economia capitalista determina a reprodução técnica de uma cultura “vulgar”, seria necessário repensar os conceitos de economia e cultura. Tanto quanto a cultura científica, a chamada cultura de massa se constitui como um padrão comunicativo. Ambas configuram culturas mundializadas, ambas abarcam contribuições das culturas populares e de outros saberes e práticas, os quais digerem e reprocessam. Mas enquanto a cultura das mídias institui um padrão “democrático” – todos nós, em princípio, podemos acessar os códigos que nos incluem nessa cultura –, a cultura científica demarca o terreno da elite. O acordo tácito que mantém os(as) intelectuais à margem das linguagens, dos meios e dos processos da comunicação – como narradores(as), críticos(as), divulgadores (as) e jamais como operadores(as) – permite, mais que a continuidade de um modelo centralizado de produção e controle do conhecimento, um modelo retórico e institucional que “autoriza” uma desigualdade baseada no tipo de cultura e/ou conhecimento e, portanto, a continuidade do lugar dos(as) intelectuais como uma elite.

A emergência dos meios digitais de comunicação e informação agregou novidades no que diz respeito aos processos de produção e circulação de mercadorias materiais e simbólicas. Se o problema do modo de produção industrial e de sua relação com as culturas já era complexo, entender o surgimento, desde dentro do capitalismo, do que será um novo modo de produção baseado no paradigma da comunicação-informação e repensar, à luz desse novo modelo, as questões da cultura e do conhecimento requer um esforço que vai além do conceitual. Falamos aqui de métodos, procedimentos, afetos, paixões e práticas culturais.

Em que pese a tão falada exclusão digital – já a abordamos em outros artigos⁵ e, por isso, deixamos esse aspecto por ora em suspenso, lembrando apenas que não advogamos o conceito de superação (talvez devêssemos ler Marx com mais cuidado) –, a cultura que se cria com as práticas sociais nos meios digitais, a cibercultura, caracteriza-se pela descentralização da produção material e simbólica, bem como dos processos de comunicação e informação. Insistimos em dizer que a democratização, que significa acesso “da maioria” ao meio, é um conceito insuficiente quando falamos de meios digitais e cultura contemporânea. A democracia – como observou Robert Kurz⁶ – é o projeto da cultura de massa, e muito de totalitário aí se oculta. Optamos pelo termo *descentralização* por entender que é a descentralização da produção do conhecimento e dos focos “emissores”, por assim dizer, de mensagens que caracteriza as práticas da cibercultura – e, antes dela, as das culturas populares – o que pode permitir o rompimento das estruturas burocráticas e autoritárias vigentes nas nossas “melhores” democracias.

A cibercultura, resultado da hibridização entre os avanços da ciência e os métodos, práticas e procedimentos das culturas populares, parece apontar para um reencontro – real e “prático” – entre as duas tradições da Modernidade que, por longo tempo, mantiveram-se separadas, salvo em situações ou contextos considerados “periféricos” ou no âmbito do discurso e/ou da crítica.

A interação e a produção descentralizada do conhecimento, características da cibercultura, fazem com que se embaralhem os centros e as periferias, uma vez que o conhecimento não está em nenhum lugar – instituição, pessoa –, mas numa Rede; não está pronto para ser consumido e/ou assimilado, mas em construção. Por fim, a autoridade na Rede não está dada pela condição intelectual ou de classe de cada um(a), nem por sua posição social como pesquisador(a) ou professor(a) numa estrutura hierárquica determinada, como um centro de pesquisa ou uma universidade. Não há um rito de passagem ou de autorização para o “lado de lá”, o da verdade-autoridade, lugar fechado que Cristovam Buarque tão bem definiu no artigo *Os círculos dos intelectuais*.⁷

Na cibercultura, poder, autoridade e verdade mudam de lugar; podem ser momentaneamente construídos e/ou conquistados por meio de métodos, estratégias e práticas experimentais. A inserção na cultura – e na cibercultura – nos obriga ao pensamento original, aquele do erro, da hibridização e da incerteza. Por fim, a configuração do conhecimento na interação exige não apenas um *ethos*, mas também um *páthos*, a recuperação dos paradigmas da colaboração, da afetividade e do mergulho na complexidade.

Também perde sentido a noção de vanguarda, tão arraigada quanto identificada ao elitismo. Embora ainda sobreviva – como, de resto, tudo o que é moderno, assim como os signos da cultura de massa –, essa noção, que dá a um grupo de pequeno-burgueses(as) cultos(as) ou supostamente cultos(as) a certeza de verdade, autoridade e “superioridade” cultural e estética, dificilmente resistirá no caldo híbrido da cibercultura a partir do momento em que outros signos, poderes e grupos circularem em maior número pela Rede. Imaginamos que, dessa interação, possam sair novas formas de definição de subjetividades, aquém e além da egocêntrica (e eurocêntrica) noção de sujeito moderno.

A cibercultura recupera e reaviva a tradição de Shakespeare, do Lazarilho, de Gilberto Freyre. Renova uma perspectiva que já se fazia presente, por exemplo, numa certa linha intelectual latino-americana que viu na circulação, nos trânsitos, nas passagens, nos cruzamentos, nos híbridos, formas válidas e vivas de conhecimento.

Em vez da figura “científica”, “objetiva” e “crítica” do(a) intelectual reproduzido(a) em série no interior de instituições e círculos fechados, uma figura que raramente se mistura, a cibercultura poderá produzir – desde que os(as) professores(as) doutores(as) abandonem tanto sua pretensão elitista à verdade quanto o ego colonizado em prol de uma intelectualidade amorosamente inserida na cultura – intelectuais capazes de atuar na construção do projeto político de uma sociedade mais justa e colaborativa.

Interatividade é exposição. Ao expor-se na cibercultura, os(as) intelectuais perdem seu lugar no mercado e na ordem estabelecidos. E é exatamente isto, a mudança de lugar e as inversões, que os(as) intelectuais temem. Medo semelhante os(as) teria levado a abandonar, ao longo do século XX, os meios de comunicação de massa nas mãos dos “capitalistas”, dos “amadores” e da “gente do espetáculo e da imprensa”. Nem sequer houve, muitas vezes, um esforço para gerar políticas, métodos e práticas para os meios audiovisuais. Muitos(as) intelectuais contentaram-se em criticar a “indústria cultural” quando seus próprios corações estavam sendo irremediavelmente invadidos. Sem nenhum pudor, no entanto, serviram-se da mesma indústria para manter sua

condição de elite, divulgando sua alta cultura, seus artigos e suas belas fotos em pose de professores(as) doutores(as).

Se nos tempos do domínio da comunicação de massa, como apontou Umberto Eco,⁸ os(as) intelectuais só podiam ser apocalípticos (as), os(as) críticos(as) empedernidos (as) da comunicação de massa, ou integrados (as), os(as) dispostos(as) a aderir às novidades e a colaborar, a cibercultura exige estar além dessas posturas.

Para usar a frase que se fez moda, é hora de vencer o medo dos meios de comunicação e, sobretudo, da interação. Hora de os(as) intelectuais assumirem, para além do discurso e da crítica, um lugar na cibercultura, na Rede, na vida e na própria cultura contemporânea. “Interação ou barbárie” é a frase que se coloca no presente. Afinal, como disse Lezama Lima, sendo ambas, vida e cultura, uma só e mesma coisa, não há por que separá-las e falar de ridículas primazias.⁹ Melhor ouvir.

Notas:

1. Hernani Dimantas, um dos pioneiros nos projetos e estudos sobre a Internet no Brasil, aborda esse processo em *Marketing hacker: a revolução dos mercados*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
2. LEMOS, Maria Alzira Brum. *O doutor e o jagunço: ciência, cultura e mestiçagem em Os Sertões*. São Paulo: Arte&Ciência, 2000.
3. Citado por Armand e Michèle Mattelart. *História das teorias da comunicação*. Loyola: São Paulo, 1999, p. 78.
4. Seguimos aqui o comentário dos Mattelart na obra citada sobre o viés eurocêntrico da Teoria da Indústria Cultural.
5. LEMOS, Maria Alzira Brum; WINCK, João Baptista. Cultura digital e políticas das imagens e dos signos. In: *Democracia Viva*, 13, p. 62-70, mar.-jun., 2002.
6. Ver <<http://planeta.clix.pt/obeco/rkurz3.htm>>.
7. Publicado em *O desafio ético*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 93-117.
8. ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
9. LIMA, Jose Lezama. *Imagen y posibilidad*. Havana: Letras Cubanas, 1992, p. 192.